

Dialógos URBISAmazônia¹

Compartilhando conhecimento no sudeste do Pará

*Texto de apoio ao Evento produzido pela Fundação Vale com Supervisão da
Coordenação Geral do URBIS*

Canaã dos Carajás e Parauapebas, 6 e 7 de Novembro de 2014

O Projeto UrbisAmazônia mobiliza uma rede de excelência de pesquisadores de diversas universidades brasileiras e centros tecnológicos para compreender a natureza do urbano na Amazônia contemporânea. Sob a coordenação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), participam do Coletivo UrbisAmazônia: UFMG/Cedeplar, Unicamp/Nepo, FGV-SP, Fiocruz, UFOP/TerraLab, UFPR/LEG, NEAD/MDA.

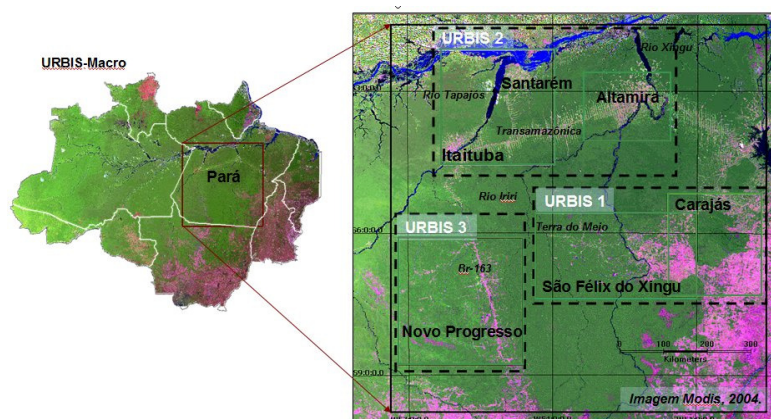
Os temas e as problemáticas tratadas no projeto possuem grande potencial aglutinador de diferentes abordagens. São pesquisadores ligados a diversas áreas do conhecimento que agregam recortes disciplinares sobre a temática urbana, com especialidades em estudos sobre população, na área de demografia e economia, em planejamento urbano e regional, gestão territorial e ecologia. Além disto, o projeto conta com a participação de laboratórios de estatística, sensoriamento remoto e de geoprocessamento, modelos computacionais e métodos quali-quantitativos variados para compreender o fenômeno estudado.

O Instituto Tecnológico Vale e a Fundação Vale se viram desafiados a financiar este projeto porque acreditam que uma parceria deste nível representa uma oportunidade de contribuição da empresa para aperfeiçoar uma concepção de desenvolvimento que responda às necessidades econômicas, sociais, ambientais e culturais da região. O convênio que abriga a pesquisa foi firmado com a Funcate – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais, tendo início em outubro de 2011, com 36 meses de duração. Em Outubro de 2014, marco do terceiro ano da pesquisa, foi aprovado o pleito de aditamento do prazo de conclusão do projeto e seu término foi transferido para Julho de 2015.

¹ Este Projeto é financiado pelo ITV-DS-Instituto Tecnológico Vale-Desenvolvimento Sustentável e pela Fundação Vale através de convênio estabelecido com a FUNCATE-Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais, registrado sob o nº: 3.611.000.00/11.

A organização multiescalar² do Projeto UrbisAmazônia foi fundamental para evidenciar particularidades dos processos econômicos e sociais que não são capturadas pelo olhar da macroescala, aquela que usa as bases de dados oficiais e as ferramentas clássicas da macroeconomia e, de certa forma, limita a construção de políticas regionais mais apropriadas para os contextos das comunidades. Já os estudos demográficos e da meso e micro escala caracterizam movimentos populacionais e o padrão de uso e ocupação do território, revelando que a introdução de empreendimentos de grande porte na região modificou a dinâmica econômica pré-existente e gerou a coexistência de dois circuitos de economia urbana, um superior, voltado para exportação e inserido no marco formal de regulação, e outro inferior, associado às práticas tradicionais e à economia popular (ver figura 1).

Figura 1. Escalas de investigação e áreas de estudo do projeto UrbisAmazônia.



Fonte: Inpe, 2010.

Além disso, observou-se forte vinculação dos municípios da região ao circuito inferior da economia, e grande fragilidade institucional do poder local para mediar a assimetria entre esses dois circuitos. O estudo também identificou que há uma grande desarticulação entre esses circuitos, face a diferença de objetivos e interesses dentre os atores que influenciam a tomada de decisão sobre a condução das políticas públicas e privadas no território, o que essa desarticulação está na raiz de conflitos e problemas sócio-ambientais, assim como no comprometimento da qualidade de vida

² Escalas de análise: Urbis-Macro (macroeconomia (MEGC REGIA – EGC-Amazônia), Novas Centralidades na Amazônia (CENTRALINA), Monitoramento de Uso e Ocupação da Terra (TERRACLASS - Urbis). Urbis-Meso (Análise da evolução da urbanização em áreas selecionadas, desenvolvimento de métricas de paisagem). Urbis-Micro (descrição e análise da dinâmica das localidades).

nas cidades. Os diversos trabalhos de campo realizados nas três áreas assumidas pelas pesquisas com foco na meso e micro escala (Urbis I - no Sudeste Paraense, Urbis II – Baixo Tapajós e Transamazônica, Urbis III - região de influência da BR 163) revelaram situações que levaram à hipótese de que a conexão entre esses dois circuitos é condição fundamental para gerar um círculo virtuoso na região, e que dessa conexão podem emergir trajetórias portadoras de um novo paradigma de desenvolvimento.

Os resultados do projeto ressaltam a importância da articulação interdisciplinar para compreensão da realidade da região. Modelos macroeconômicos (Modelos de Equilíbrio Geral Computável) explicam como funciona a economia formal e evidenciam a carência de dados para capturar o que foi observado nos trabalhos de campo. O detalhamento de modelos econômicos de regionalização de cidades, aplicados ao Pará com mais variáveis do que as usadas pelo estudo nacional, chamado REGIC (IBGE, 2008), usando dados para 2000, 2010 e cenários para 2020, revelaram as tendências de evolução na rede urbana do Pará e da Amazônia. Destaca-se o reforço de importância das capitais estaduais, a ascensão de nível de cidades sob influência de investimentos federais há décadas, e o potencial de diferenciação de pequenas cidades sob novos investimentos privados, que ainda depende da diversificação de funções para se realizar efetivamente.

As análises dos processos migratórios apresentam informações contundentes sobre origem e condições de ocupação da população economicamente ativa. A origem de migrantes de outras regiões e em especial do Maranhão é massiva no sudeste paraense onde predominam as estradas. Na região do baixo tapajós, onde ainda é forte a cultura extrativista associada à floresta e ao rio, observa-se ainda grande contribuição de populações oriundas da própria Amazônia. Dentre as áreas estudadas, município que apresentam maior oferta de emprego formal, como Parauapebas que melhor corresponde à nova dinâmica industrial, conta com maiores queixas de desemprego.

Em municípios onde predominam os arranjos de sobrevivência tradicionais que incluem diversas atividades (tais como produção familiar agrícola, agroextrativista, artesanato e prestação de serviços) e onde há menor ocorrência de desemprego declarado aos censos, forte indício da manutenção de práticas mercantis na região. O manuseio de dados censitários também revelou a divergência entre o registro de

população rural, dentro das classes de rural adotadas pelo IBGE, e o que acontece na prática. A miríade de vilas e aglomerados existentes nos municípios não é capturada pela pesquisa censitária, dificultando a correta interpretação da distribuição da população no território e da importância de mudanças recentes no uso da terra. As pequenas aglomerações (vilas seculares na área dos rios, ou vilas com 20 mil habitantes nas margens de rodovias vicinais) via de regra se tornam invisíveis, e pouco ou nada se compreende das microrredes de lugares que efetivamente compõem um universo rural já bastante contaminado por dinâmicas urbanas, especialmente devido à valorização da terra.

A tendência de manter invisível práticas e dinâmicas tradicionais se desdobra na desvalorização do saber associado à floresta e à natureza viva. A investigação a respeito da possibilidade de utilizar esse saber como conhecimento velho, sobre o qual possa ser acrescentado trabalho novo (novas tecnologias, design) teve início quando uma pesquisa de campo exploratória foi realizada em 2012, com pesquisadores e estudantes das UFPA e UFMG, iniciada em Marabá e terminada em Xinguará, passando por Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã e São Felix do Xingu. A partir de então, economistas e arquitetos investigaram diversos aspectos na vida nessas cidades em atividades de campo específicas que permitiram a identificação de atores chave e processos comuns a todas elas. As cidades revelam claramente um processo de reorganização em curso desde a introdução dos grandes projetos na região, e que nelas chegam influências de todas as metamorfoses do capitalismo, ainda que incompletas e eventualmente distorcidas pela forma como são apropriadas por atores locais. Há uma grande assimetria entre a capacidade de ação do setor público local e do setor privado e do setor público em âmbito federal. Estes últimos têm sua atuação completamente inserida no circuito superior enquanto na escala local existem muitas fragilidades institucionais.

Observou-se que em função de tais fragilidades tem prevalecido intervenções públicas e privadas ligadas à produção, enquanto pouca ou nenhuma atenção é dada a desdobramentos fundiários, ambientais e sociais das transformações realizadas, e que estão diretamente associados às condições de vida nas cidades. O acesso à informação privilegiada e a correspondência entre poder político e econômico

favorecem processos especulativos imediatistas que comprometem a capacidade de gestão do território à médio e longo prazo. Tal prática somada à intensa migração modificou sobremaneira identidade e valores da sociedade aumentando a distância social entre habitantes antigos e novos.

Diversas políticas públicas voltadas para a região assim como estratégias do setor privado quanto ao uso do território geraram uma rápida valorização de terras, que sob a perspectiva do circuito superior tem valor como meio de produção apenas, desarticulada de sua cobertura e dos modos de vida e saberes pré-existentes, tão caros ao circuito inferior e à possibilidade de exploração/ gestão equilibrada de recursos ambientais, culturais, sociais e econômicos disponíveis.

Nesta perspectiva as diversas investigações realizadas na meso escala focaram em alguma medida seis cidades (Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, São Felix do Xingu, Altamira e Santarém) e seus entornos imediatos para iluminar os processos de uso e ocupação do território em curso nas áreas objeto de estudo (Urbis I, II e III) e auxiliar na detecção de padrões e possibilidades comuns às mesmas.

A conversão prematura de áreas rurais em urbanas, viabilizada pela pressão do setor privado sobre o setor público para ajuste de legislação é um padrão comum. As áreas rurais estão sob reestruturação e disputa, e aquelas mais próximas das cidades são convertidas em loteamentos urbanos ou glebas urbanizáveis demonstrando a expectativa de lucro acima do interesse de consolidação da cidade e a estratificação do território, envolvendo cidades, vilas, áreas de sítios, fazendas, comunidades tradicionais e todas as terras rurais entre as mesmas. As carências e lacunas na capacidade de oferta de moradia, de serviços, de condições de lazer, etc., atingem todos os segmentos da população e comprometem o desenvolvimento de novas funções que tornariam perenes as dinâmicas econômicas recentes.

O controle da terra é chave para o empoderamento de atores que têm forte influência sobre o setor público e que se constituem no grupo que melhor se apropria pelas oportunidades abertas pela ação do circuito superior, aproveitando-se da invisibilidade de atores e práticas do circuito inferior. Assim as cidades se mantêm dependentes de atividades como a mineração, pecuária e das grandes obras, e reforçam um círculo vicioso traduzido na dificuldade de fixação de mão de obra qualificada e/ou de profissionais capazes de ampliar trajetórias e arranjos produtivos

nas cidades.

No entanto, nos casos em que se observou maior interação e troca entre os atores no território, fica evidente o potencial de avanço das atividades e práticas inseridas atualmente no circuito inferior (produção artesanal, gastronomia, pequena produção rural) a partir da articulação com o circuito superior. Essa aproximação pode acontecer na economia, na produção da cidade - através da utilização de ruas, áreas livres e espaços verdes para construir cidadania, sociabilidade e identidade cultural – e no acesso dos atores locais à informação sobre decisões tomadas no âmbito do circuito superior.

Em resumo, a abordagem multidisciplinar e multiescalar propiciada pelo projeto UrbisAmazônia aprimorou a capacidade de explicar a formação e o significado do urbano e da cidade nas áreas de estudo, construída no decorrer dos três anos da pesquisa. Os resultados ajudam a evidenciar que para produzir desenvolvimento não basta promover crescimento econômico e internalizar custos ambientais no processo produtivo. É preciso perseguir a visão integrada, territorializada, e reconhecer de que maneira a articulação entre os dois circuitos contribui para a distribuição justa e alocação eficiente dos recursos naturais e sociais disponíveis.

Diante deste quadro, temos a expectativa de que esta parceria com o Coletivo UrbisAmazônia nos auxilie no planejamento dos investimentos sociais privados nos municípios onde a empresa atua, de maneira a fortalecer a articulação com as políticas públicas, o mapeamento mais estratégico de parceiros locais, a otimização dos recursos mobilizados e o monitoramento dos impactos nos processos socioambientais, econômicos, culturais e políticos da região.

Acreditamos que essas são estratégias capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida da população pela via do fortalecimento das políticas públicas, em decorrência de ações voltadas para a melhor capacidade de gestão do poder público e a qualificação do controle social e da participação da sociedade na pactuação de uma agenda de desenvolvimento para a região.

Este é o propósito da organização do **Diálogo UrbisAmazônia: compartilhando conhecimento no sudeste do Pará**. O primeiro momento deste diálogo consistirá em uma Oficina interna Vale para compartilhar os resultados do

projeto e levantar questões que possam ser dirigidas aos pesquisadores. No segundo momento, será realizado um seminário aberto aos municípios, também para compartilhar os resultados do projeto e entender de que maneira a pesquisa contribui para a reflexão sobre o desenvolvimento da região.

Principais conclusões para a região Urbis 1

1. A migração se confirma como variável central para entender a dinâmica demográfica da região.

Os grandes projetos de mineração se destacam como atrativo da região, não apenas sua presença efetiva na cidade, mas a própria sugestão de chegada provoca mudanças na dinâmica do município (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte e Tucumã); Parte dos migrantes chega às cidades já empregada, constituindo um fluxo de mão-de-obra qualificada para suprir uma demanda específica; a maioria dos migrantes “espontâneos”, aqueles que não chegam empregados, é empregada por empresas terceirizadas e pelo setor de serviços em geral; a entrada do fluxo do Maranhão acontece principalmente através das cidades de Marabá e Parauapebas; Xinguara se apresenta como uma cidade de passagem do fluxo vindo de Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria (intraestadual) e Goiás e Tocantins (interestadual), pela localização espacial, no cruzamento da PA 279 e BR 155 (antiga PA 150);

Merece destaque o papel das redes de relacionamento, *lôcus* de difusão de informação sobre as oportunidades nos locais de destino, que acontece através da família, amigos e centros religiosos; os lugares onde acontece a mineração têm grande capacidade de atração de mão-de-obra na sua fase de implantação gerando uma dinâmica econômica excepcional, mas temporária; são esses mesmos lugares que concentram áreas de habitação inadequadas, com bolsões de pobreza formados pelos trabalhadores que não conseguiram posição de trabalho.

2. A produção de cunho popular e solidário na região configura-se em torno da agricultura familiar, do comércio de pequena escala e do setor de ambulantes

Principais atividades da produção de pequena escala: a) produção familiar em torno da agricultura (arroz, mandioca, hortaliças, cacau), pecuária (leiteira), pesca e piscicultura (produção para o próprio consumo e venda do excedente); b) pequeno comércio de confecções e pequenos negócios nos bairros distantes do centro; “vendinhas”, salões de beleza, bares e restaurantes; c) ambulantes do setor de alimentação, confecções, produtos eletrônicos, CDs e DVDs piratas, importados diversos.

Esta produção enfrenta dificuldades e gargalos verificados em outras regiões do país: a) baixa qualificação em geral, dificuldades para captação de crédito, ausência de apoio técnico e de articulação com centros técnicos e universidades; b) inexistência de políticas de apoio para setores de grande potencial, como o turístico, fitoterápicos, reciclagem e extrativismo florestal de produtos não madeireiros.

Experiências que se destacam pela capacidade de organização, de articulação entre os dois setores e do tipo de apoio e fomento mobilizado

Do ponto de vista da organização, destacam-se as seguintes experiências: a) as grandes cooperativas de agricultores (CAPPRU – São Félix - e COOPERTUC - Tucumã), que promovem a articulação entre o pequeno produtor e as grandes empresas compradoras do cacau (Cargill, Nestlé, Barry Callebaut, e outras); b) o Grupo de produtoras da economia solidária de Canaã; c) a Colônia de Pescadores Z65 de São Félix e d) cooperativa de biojóias de Tucumã (Bioarte).

Do ponto de vista do apoio e fomento, destacaram-se: a) os programas de microcrédito do BanPará – Credcidadão, operado pelas prefeituras de Marabá e Xinguara; b) legislação específica de Xinguara para a economia solidária e uma Diretoria de Economia Solidária ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico; c) a Agência Canaã, fundada com o apoio da Vale; d) o Projeto Casulo da Prefeitura de Ourilândia do Norte; e) algumas ações das Estações do Conhecimento Vale na região.

3. Articulação entre os circuitos superior e inferior de economia urbana é deficiente ou inexistente, sobretudo pela falta de mediação (social e institucional) e de capacidade de inovação e coordenação

Destacam-se como representantes do circuito superior na área de estudo: a pecuária, a mineração, o comércio atacadista, varejista de renda média e alta, setor bancário, serviços produtivos em geral, serviços pessoais, entre outros, sempre que sejam intensivos em capital, possuam organização institucional e financeira e articulação direta com o mercado externo.

A articulação entre os dois circuitos é ainda muito fraca, ou praticamente inexistente. O crescimento recente do circuito superior abre possibilidades para fortalecimento do circuito inferior, tendo como exemplos a demanda por alimentos e por serviços produtivos e pessoais. O potencial de articulação não se realiza por falta de apoio institucional e de mediação entre os dois setores. Existe grande espaço para inovação e coordenação de ações entre os dois setores, o que depende do envolvimento dos diversos atores e ruptura da

relativa acomodação na linha de ação de grandes produtores, que utilizam grandes fornecedores distantes; faltam também referências e/ou repertório para os atores nos dois circuitos e nas possíveis mediações, para promover as sinergias necessárias.

4. Existem alternativas de desenvolvimento a partir de atividades econômicas com potencial de articulação dos dois circuitos ainda inexploradas ou apenas esboçadas.

As transformações econômicas na última década modificaram a relação entre *sociedade e floresta* a benefício do crescimento econômico de curto prazo e em detrimento das funções ambientais desempenhadas pela região. O desmatamento já realizado e a formação de propriedades rurais extensas com o crescimento do rebanho bovino consolidam a economia da pecuária; a mineração modifica a dinâmica econômica e fundiária, seja pela sua própria (e intensa) demanda por espaço, seja pelo novo padrão de organização do espaço que impõe ao solo urbano pelo crescimento da densidade econômico-demográfica.

Neste cenário o crescimento da produção local de cacau por pequenos proprietários, em especial aqueles ligados a cooperativas, aparece como um potencial de reflorestamento e fortalecimento da economia ligada às florestas, assim como a exploração de negócios do lazer ligados aos recursos hídricos – grupos de pesca esportiva, balneário, gastronomia – assim como os diversos segmentos de piscicultura.

5. Houve mudança nas características da fronteira amazônica: atualmente prevalece o caráter urbano; há grande influência do circuito superior sobre a urbanização, particularmente da atividade de mineração, e dos setores comercial varejista e atacadista.

Observa-se uma mudança no papel da natureza no padrão de ocupação da região: deixa de determinar a localização das cidades pela acessibilidade fluvial, e segue a racionalidade de exploração de recursos minerais e vegetais, a partir da logística rodoviária e ocupação de terra firme.

O ritmo e intensidade de transformação provocados pela abertura de novas frentes de trabalho potencializam problemas sociais: a insuficiência e ineficiência de serviços básicos de saúde e educação, de provisão de moradia, transporte público e infraestrutura urbana (especialmente de saneamento), além do aumento da criminalidade e prostituição. Tais carências são recorrentes na região e agravadas pela falta de resposta do setor público (e privado) às demandas socioambientais, e pela falta de referência a respeito de qualidade ambiental e urbanidade da população.

Na escala local esse padrão de urbanização potencializa um ciclo imobiliário: que se traduz na expansão prematura das cidades, baseada na conversão de áreas rurais já desmatadas em área urbana por meio de loteamentos irregulares, seja do ponto de vista fundiário e/ou

urbanístico. A ênfase dos interesses imobiliários provoca a supressão de matas ciliares, canalização ou aterro de rios e áreas de várzea e desmonte de morros, em desacordo com a legislação ambiental brasileira, reproduzindo os mesmos processos de exploração da natureza verificados na escala regional.

6. O déficit habitacional e carência de infraestrutura observados historicamente nas cidades da região têm sido potencializados por novos processos vinculados ao circuito superior da economia

Por um lado, ocorre a implantação de atividades intensivas em mão de obra urbana, tais como a mineração (em sua fase de implantação); e, por outro, a intensificação de controles ambientais que resultaram no abandono de estruturas espaciais associadas à exploração de madeira (serrarias, pátios de armazenagem), que são incorporadas à cidade através de loteamentos.

A expectativa de crescimento populacional e de intensificação de processos econômicos (ALPA em Marabá, Aeroporto de Canaã, próximo de Xinguara, ampliação das operações da Vale em Ourilândia) alimentaram um **ciclo imobiliário** que se manifestou em todas as cidades visitadas. Observa-se migração de ativos de setores como a pecuária e exploração madeireira para o mercado imobiliário. São oferecidas condições facilitadas de pagamento e padrões variáveis de oferta de infraestrutura, conforme o público alvo. A produção de habitação de interesse social pelo poder público através de programas federais ainda é insuficiente, e também acompanha as dinâmicas de conversão de terras rurais corrente em cada cidade, mantendo o padrão de oferta de lotes ou habitação mais barata e distante para os mais pobres.

Há articulação entre atores (política, econômica, financeira) na produção de novos empreendimentos, com casos frequentes de ampliação de perímetro urbano e descumprimento de determinações dos planos diretores e eventualmente da legislação ambiental brasileira, para produção de novos loteamentos, cujos lotes são adquiridos para construção de novas moradias, mas também para especulação com terra urbana. Essa estratégia resulta no espraiamento das cidades agravado pela ausência quase total de transporte público.

A exigência de diversificação de tipos de investimento por programas de financiamento proporcionou a entrada de produtores rurais no mercado imobiliário, em larga escala, a exemplo dos loteamentos da Buriti, presentes em Marabá, Parauapebas, Canaã, Ourilândia do Norte, Tucumã e Xinguara. Apesar dos problemas gerados, há interesse do poder público municipal no processo de expansão urbana devido à ampliação da arrecadação de impostos; contudo, o ritmo de edificação nos loteamentos é baixo.

7. Há uma forte influência de redes sociais e midiáticas sobre os padrões de consumo e circulação de mercadorias

Mídias associadas ao poder político local, acesso às informações globais via internet, ainda que o acesso à rede seja precário: todas as cidades estudadas contam com pelo menos um veículo de comunicação local (rádio, emissora de TV, jornal impresso e/ou revista); as mídias estão geralmente associadas ao poder político local, e a amplitude da cobertura é

proporcional à importância da cidade; contudo, a internet é a mídia que permite a maior articulação entre o público e a informação, sobretudo para acesso às informações globais. Se o acesso à Internet via servidor ainda é restrito e muito caro, já existe amplo acesso via celular, apesar deste representar um nível de acesso raso e limitado majoritariamente às redes sociais.

Padrões de consumo com tendência à sofisticação nos segmentos de maior dinâmica econômica e importância das estruturas tradicionais de encontro nos segmentos mais pobres: quanto aos padrões de consumo, é possível notar uma similaridade entre os bens consumidos pelos moradores das cidades visitadas e os grandes centros urbanos, sendo ambos influenciados pela grande mídia. Há ainda uma tendência à sofisticação dos serviços e produtos, principalmente em cidades com dinâmica econômica mais intensa, relegando o consumo das populações pobres às periferias urbanas e às estruturas tradicionais de encontros, tais como bares, pequenos mercados, feiras populares, e outros.

Poucas opções de lazer e pouco usufruto das alternativas que remetem à identidade cultural e ambiental da região: em geral, as pessoas reclamam das poucas opções de lazer existentes nas cidades. As orlas dos rios e as praças públicas são mencionadas como os locais de encontro, mas os próprios moradores não reconhecem as demais alternativas oferecidas pela natureza como possibilidades para a recreação. O uso das praias dos rios, durante o verão, marca o lazer de fim de semana nas cidades ribeirinhas (Marabá, São Felix do Xingu); destaca-se o acesso da população mais abastada a ilhas, fazendas e sítios com casas de fim de semana. O acesso aos serviços oferecidos pelos shoppings – com suas lojas, cinemas e praças de alimentação – aparece sempre como principal demanda e referência de lazer urbano (importada das metrópoles) da população.

Falta de compreensão da população residente nos núcleos urbanos das circunstâncias socioeconômicas em que vivem, muito melhor percebidas e aproveitadas por quem mora na periferia e na zona rural, apesar do acesso precário a infraestrutura, serviços e comunicação: sobre a dinâmica das redes sociais vale destacar a convivência de comportamentos contrastantes, que vão desde a população residente no núcleo urbano com acesso aos meios de comunicação, mas sem compreensão clara das suas limitações e dificuldades diante do grande crescimento urbano e econômico, até moradores da zona rural que, mesmo sem contar com energia elétrica e terem quase nenhum acesso às mídias, demonstram muito melhor compreensão das circunstâncias socioeconômicas em que vivem e indicam, até mesmo, possíveis soluções para seus problemas.

8. O potencial de desenvolvimento do território não se realiza em grande parte pela falta de agentes públicos e privados que façam a mediação entre os dois setores e que aproveitem o espaço para inovação e ações coordenadas. Destaca-se a carência de lideranças e de instrumentos capazes de desenvolvê-las, evidenciando um baixíssimo poder de articulação social e política na população em geral.